

EDUCAÇÃO FÍSICA & CIÊNCIA: CENAS DE UM CASAMENTO (IN)FELIZ*

VALTER BRACHT

Professor do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física e Desportos da UFES e membro do Laboratório de Estudos em Educação Física – LESEF.
E-mail: vbracht@starmedia.com

RESUMO

O texto versa sobre questões relativas à epistemologia da Educação Física como: existência ou não de uma ciência chamada Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana; desejabilidade ou não de se construir uma tal ciência; possibilidade de definir os contornos desta área acadêmica; dificuldades e problemas no âmbito acadêmico e institucional enfrentados pela área, em decorrência da falta de clareza quanto ao seu objeto específico e aos seus contornos. Faz-se a defesa da idéia de que a definição do objeto da área não pode se dar por um ato de "descoberta" e sim, que o objeto e os contornos do campo acadêmico da Educação Física são proposições normativas que envolvem, portanto, visões do que a área deveria ser e, neste sentido, a própria denominação da área é objeto de disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Educação Física; campo acadêmico

-
- * Estas idéias foram apresentadas e discutidas no Simpósio organizado pelo CBCE na 52ª Reunião Anual da SBPC, acontecida em Brasília/DF, em julho de 2000. Como este foi o título atribuído àquela apresentação, decidimos mantê-lo para facilitar a localização nos Anais e na programação daquele evento.

INTRODUÇÃO

Mais do que fazer um balanço das minhas reflexões sobre a epistemologia da Educação Física (EF), decidi, para este momento, colocar minhas posições em relação a um conjunto de perguntas com as quais mais freqüentemente se depara, quando se discute esta questão. A pergunta que foi o tema do VIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Belém/PA, set. 1993) continua atual: Educação Física/Ciências do Esporte (Ciência do Movimento Humano, Ciências do Movimento Humano, Ciência da Motricidade Humana): que ciência é essa? Dela derivam um sem número de outras, como: A Educação Física é ciência? A Educação Física deveria ser uma ciência? É imperativo que se defina a identidade epistemológica de nossa "área" como uma identidade científica? E mais, identidade da área só pode ser entendida como a configuração de uma ciência? Mas, afinal, não estamos já frente a uma nova ciência, a da Motricidade Humana? Discutir estas questões não significa, ao menos no nosso caso, buscar uma resposta cabal ou definitiva para as mesmas. Estamos motivados muito mais pela necessidade, que é a de qualquer campo que busca a autonomia, da auto-reflexão, e isto tudo na expectativa de dar uma melhor consequência às nossas ações no seu interior e às nossas relações com outros campos.

Mas vamos às questões:

A EF É UMA CIÊNCIA?

Entendo que antes de nos colocarmos a pergunta acima, deveríamos nos perguntar se é possível ter-se claro o que é e o que não é ciência? Hoje isto é muito difícil. Pode-se dizer, ou descrever, o que fazem os cientistas, mas não há acordo possível quanto aos contornos ou as características da ciência. Observe-se então, que uma resposta à questão acima exige uma opção por uma determinada visão do que seja a ciência, o que é mais ou menos arbitrário, mesmo porque a discussão epistemológica parece ter desembocado numa impossibilidade, qual seja, a de definir de forma fundamentada e última o que seja a ciência. Portanto a própria pergunta precisaria ser colocada em outros termos.

A Educação Física demanda ciência! A Educação Física precisa fundamentar-se cientificamente! A Educação Física precisa tornar-se ciência; deve reconhecer-se e ser reconhecida como ciência! A ressonância dessas assertivas de caráter normativo pode ser medida no status que a ciência possui no âmbito da cultura ocidental, ou dito de outra forma, o grau de credibilidade destas afirmações está na proporção direta do valor – que não é pequeno – atribuído à ciência em nossa cultura. Uma das consequências desta credibilidade é que a Educação Física, enquanto prática social, conquistava legitimidade social na medida que aqueles que a propunham podiam demonstrar "cientificamente" sua

necessidade imperiosa, apelando e vinculando-a, além disso, a valores desejáveis como a educação (formação) e a saúde.

O discurso científico acompanha e cria a Educação Física. Esta quase imposição cultural de que as práticas sociais relevantes precisam fundamentar-se cientificamente, acaba por produzir um campo acadêmico que, paradoxalmente, vai, em determinado momento (nas décadas de 1980 e 1990), questionar fortemente esta vinculação (casamento). É isto, tanto no que diz respeito ao entendimento de ciência adotado para fundamentar e dirigir a Educação Física, quanto, a partir do desvelamento da sua visão implícita de homem e sociedade, aos seus efeitos práticos sobre a formação e a saúde. Mesmo o marxismo, importado pela Educação Física da Pedagogia¹, nutria um otimismo entusiasta pela ciência, uma outra, é verdade, não positivista, mas mesmo assim ciência. Ainda não colocava suas bases em discussão com a radicalidade com que hoje é colocada.

Mas, mais recentemente, não só uma determinada visão de ciência é questionada, como a própria racionalidade científica ou o conceito de razão cunhado na modernidade. Coincidem aqui, ao que nos parece, dois momentos: o da conquista de autonomia do campo da Educação Física, enquanto capaz de pensar-se radicalmente e o da crise da razão científica, que fornece, ou fornecia, os instrumentos deste pensar.

DEVEMOS QUERER QUE A EF SEJA UMA CIÊNCIA?

Se estivermos trabalhando a partir de um conceito limitado e limitante de ciência, a resposta seria negativa. Podemos ainda perguntar: quais vantagens teria a EF se ela fosse reconhecida como ciência? Ainda hoje seria um ganho em status social (mais particularmente universitário), mas também teria que responder a uma série de questionamentos endereçados hoje à ciência.

De qualquer forma, na nossa visão, a questão se ela é uma ciência ou não, não nos parece relevante neste quadro, porque subentende a possibilidade de uma resposta à questão "o que é ciência?" Parece-nos mais importante, participando do debate epistemológico atual, discutir as possibilidades e os limites da razão científica, para com isto, estabelecer as bases da relação desejável da EF com a ciência. Como pode se observar, parto de dois pressupostos:

- a) de que a Educação Física não é uma ciência, que sua característica central é a de ser uma prática de intervenção social imediata, que obviamente não pode prescindir do conhecimento científico para efetivar tal intervenção;

1. Na década de 1980 alguns profissionais de Educação Física freqüentam cursos de pós-graduação na área da Educação e apropriam-se do referencial marxista transferindo-o para a Educação Física, derivando fundamentalmente deste processo a chamada corrente crítica na área.

b) que não é possível satisfazer critérios epistemológicos que permitam identificar uma ciência (seja da Educação Física, do Movimento Humano ou da Motricidade Humana).

Deixando o termo EF um pouco de lado, *não poderíamos dizer, analisando o desenvolvimento científico da "área", que teria surgido uma nova ciência, mais ampla que a EF, a ciência da motricidade humana (ou do movimento humano)?*

Entendemos que sob o prisma da epistemologia tradicional não é possível dizer que estamos frente a uma nova ciência. Podemos, se quisermos, falar em ciências que tratam de aspectos da motricidade humana. Mas a mesma coisa podemos falar do esporte, da família etc.

Além disso, esta questão pode ser enfocada a partir de dois ângulos:

- a) Olhando as práticas científicas que acontecem no âmbito das "antigas" EF, ciências do esporte, é possível identificar um núcleo comum que configuraria uma nova ciência? Não nos parece possível identificar um elo articulador entre as diferentes abordagens que permitisse falar em uma unidade.
- b) Seria possível articular estas diferentes abordagens, com seus diferentes interesses, diferentes organizações etc., debaixo de um mesmo teto para viabilizar uma nova ciência? Possível é, mas, a quem interessaria? A quais interesses uma tal organização da ciência atenderia?

Neste caso, o que se indicaria é a articulação de diferentes abordagens a partir de um objetivo comum (princípio da interdisciplinariedade). A questão é exatamente essa: qual seria este objetivo comum? No caso das ciências do esporte, que surgiram com força na década de 1970 como noivo, para contrair, em nome da EF, o matrimônio com a ciência, o objetivo comum era a melhoria da performance esportiva. Se o objetivo se limitasse a conhecer mais sobre o fenômeno esportivo, isto poderia ficar a cargo das disciplinas científicas já existentes. Portanto, o objetivo era na verdade, unir os esforços, instrumentalizando a ciência a partir do código central da instituição esportiva que é a melhoria da performance, potencializar o sistema esportivo com o auxílio da ciência.

Assim, seria possível em função de uma necessidade específica unir esforços para suprir determinada demanda. Mas isto é muito diferente do que identificar uma nova ciência com estatuto epistemológico próprio, é apenas a conjugação de esforços, numa conjuntura específica, com vistas a um objetivo pragmático. Politicamente é possível criar estruturas que se destinam à prática científica a partir de um interesse como o anteriormente citado; resta saber a quem interessa e quais necessidades uma tal estrutura viria suprir.

Não me aferro à idéia de que é preciso manter a todo custo a unidade² – toda e qualquer pesquisa envolvendo a motricidade humana tem que estar sob o chapéu amplo da área da EF/Ciências do Esporte/Ciência do Movimento Humano... Não defendo a idéia de que novos campos não podem ou devam surgir derivados da EF ou de outro campo e que se assemelhem à EF. Não vejo nenhum problema no fato de a Biomecânica, por exemplo, constituir-se como campo diferenciado da EF. Isto dar-se-á, ou não, em função de uma conjugação de fatores: demanda social/acadêmica específica; comunidade acadêmica para suprir a demanda; constituição de uma estrutura científica para tanto; condições políticas etc. O que é importante, então, é não confundir EF com Biomecânica e estabelecer as bases de suas relações possíveis e desejáveis. Nem tudo que diz respeito ao movimentar-se humano é EF – embora no âmbito da regulação do mercado de trabalho (regulamentação da profissão) assim se entenda e se pleiteie. É preciso não confundir, também, o nome do profissional com a própria EF e com as possibilidades de abordagem teórica dos fenômenos ligados ao movimentar-se humano.

COMO FICA A SITUAÇÃO DA EF COMO ÁREA ACADÊMICA, QUANTO À ORGANIZAÇÃO E ÀS ESTRUTURAS QUE VIABILIZAM A PRÁTICA CIENTÍFICA OU A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO?

Considerando que EF é a denominação que, apesar de tudo, permanece como aquela que melhor identifica o campo, é preciso se ter clareza sobre as dificuldades que estão colocadas para situá-la e legitimá-la no campo científico como um todo, principalmente a de estabelecer a especificidade da sua produção acadêmica e junto com esta, os limites deste campo acadêmico.

Abrirei aqui um espaço para discutir mais detalhadamente o problema da inserção da EF como área do conhecimento nos órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

O fomento à pesquisa em determinada área do conhecimento implica em um reconhecimento explícito da própria existência desta, no caso, nova área do conhecimento, e da sua relevância social. Portanto, implica no reconhecimento de que a atividade científica é necessária (científica e socialmente) e é própria desta área – no caso a EF; Ciência(s) do Esporte; Ciência(s) do Movimento Humano; Ciência da Motricidade Humana, que são as denominações mais usadas.

2. Temos que aguardar e pensar nos reflexos da regulamentação da profissão no plano acadêmico, já que a denominação da profissão regulamentada é a de Educação Física e pressupõe a possibilidade de identificar os seus contornos. Portanto, pelo menos no plano profissional, parte-se do pressuposto de que é possível definir o que se encontra no âmbito da Educação Física e o que não.

Concomitantemente a este reconhecimento, a comunidade acadêmica procede à classificação desta área emergente. Classificações são elaboradas com base em diferentes critérios e dependem da finalidade da própria classificação: se aplicada ou básica, se fazendo parte das ciências naturais, exatas ou sociais e humanas, ou como é o caso do CNPq, em grandes áreas (biológicas, da vida e da saúde; exatas, da terra e engenharias; humanas, sociais, letras e artes) e, posteriormente, em áreas e subáreas. De qualquer forma, as classificações procuram construir categorias que resumem traços comuns, e que por sua vez, permitem diferenciar uma área de outra. Ou seja, as classificações precisam, ao mesmo tempo em que reúnem características comuns, demarcar claramente os elementos diferenciadores das diferentes práticas científicas. No caso das chamadas disciplinas científicas clássicas ou tradicionais (biologia, física, química, matemática, sociologia, psicologia) esta definição e diferenciação parece não ser por demais problemática. No entanto, quando adentramos às chamadas "ciências aplicadas", como Medicina, Odontologia, Engenharias etc., que são práticas "mosaico", como costuma chamá-las Lovisolo (1998), as caracterizações e classificações começam a criar dificuldades, principalmente quando a finalidade é demarcar claramente uma prática científica de outra. Estas dificuldades apresentam-se, também, quando da estruturação das Universidades em Centros, Faculdades, Institutos. Pergunta-se pelos critérios a utilizar: epistemológicos, campo de atuação profissional? Ambos?

Embora se fale muito na necessidade da superação das fronteiras disciplinares, isto ainda está longe de acontecer e, a nível institucional, a demanda ainda é por critérios de diferenciação. O que parece claro é que a própria institucionalização da prática científica a partir do critério disciplinar e mono-disciplinar, coloca-se, neste caso, como obstáculo e cria dificuldades às áreas de investigação temáticas.

Cabe, para a discussão que fazemos aqui, uma diferenciação. Algumas disciplinas, ou áreas, estão legitimadas no âmbito acadêmico (são reconhecidas, no duplo sentido), em função de seu papel especificamente acadêmico-científico, como fornecedoras, em princípio, de um saber básico que, através de várias mediações, pode alavancar o desenvolvimento tecnológico: é o caso da física, da biologia, da química, da sociologia, da matemática, e suas mais variadas especialidades ou ramificações. Outras foram legitimadas em função da importância de sua intervenção social imediata como a Medicina e suas correlatas, a Pedagogia/Educação, e outras. Estas últimas estão ligadas, pelas suas características, mais às profissões (para alguns, estas fariam pesquisas aplicadas, enquanto as primeiras fariam pesquisas básicas). O reconhecimento destas últimas está, portanto, muito mais vinculado à relevância/legitimidade social de uma prática de intervenção social (para a qual a prática científica deve/pode contribuir), do que a uma possível contribuição acadêmica, que posteriormente seria utilizada nos diferentes campos aplicativos.

Como seu objetivo (no caso da Medicina, da Educação etc.) determina que seu objeto não possa ser demarcado na mesma perspectiva das ciências ditas básicas – uma delimitação do tipo disciplinar/monodisciplinar – pois o sucesso da intervenção depende do aporte de um conjunto (mosaico) de conhecimentos (e saberes), devidamente articulados, normalmente oriundos de disciplinas científicas muito diferentes (no caso da Medicina: desde a biologia, passando pela química, física, psicologia até a antropologia e a sociologia), em função disso, em muitos casos, há uma sobreposição de aportes teóricos e práticas científicas. Por exemplo: sociologia da educação pode ser sociologia e, ao mesmo tempo, ciência da educação. Normalmente estão num e noutro. Ou seja, as classificações dificilmente poderão fornecer critérios que permitam definir se tal prática científica deve estar num ou noutro campos. *Para a produção do conhecimento como tal, esta impossibilidade é indiferente*³, mas para a forma de organização burocrático-institucional da prática científica muitas vezes as conseqüências podem ser relevantes, e acabar influenciando, no seu retorno, a prática da produção científico-acadêmica. Esta questão é relevante para as agências de fomento, para as universidades e para a organização das instâncias, entidades e práticas nas quais e pelas quais se concretiza a chamada prática científica⁴.

Se já há problemas de delimitação do campo no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Física etc., sendo comum a utilização da estratégia de criar especialidades (já que não há preocupação direta com a utilização/aplicação do conhecimento): sociologia do trabalho, da família, da educação, dos movimentos sociais, do esporte etc., mas sempre sociologia, no caso das áreas mosaico esta questão assume um caráter ainda mais problemático. Exemplifiquemos agora com a Educação Física: sociologia do esporte, fisiologia do exercício, história da EF e/ou do Esporte, biomecânica, aprendizagem motora etc. Cada uma destas “áreas” ou “subáreas” possui, em princípio, um objeto próprio que é definido, no plano da produção do conhecimento, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos das disciplinas clássicas que lhe dão suporte: sociologia, fisiologia, história, física, psicologia etc. Por outro lado, de alguma forma elas estão vinculadas (ou deveriam estar) ao objetivo da intervenção no plano da EF ou do Esporte (é isto que pode caracterizar o objeto como sendo da EF, caso contrário elas poderiam ser classificadas como de sociologia, fisiologia etc.). Se no plano epistemológico estas práticas cientí-

3. Embora se discuta quem pode/deve fazer sociologia da educação de forma competente, se os sociólogos ou os pedagogos.

4. Alguns afirmariam que melhor seria deixar estas questões em aberto, submetidas ao “mercado”, que a própria preocupação com este tema demonstra uma antiga e obsoleta perspectiva de controle racional de todas as relações e práticas sociais. Como não acredito na neutralidade política do mercado, proponho-me a pensar uma intervenção intencional nos destinos da pesquisa da área.

ficas estão vinculadas às disciplinas clássicas, no plano da "tecnologia" (aplicação) elas estão vinculadas a uma prática social denominada de EF, ou esporte, ou... O mesmo acontece com a Medicina, a Educação, o Serviço Social etc.

Tomemos apenas as consequências desta situação para os órgãos de fomento: onde alocar uma área como a EF? No âmbito das ciências naturais ou das sociais e humanas? Nas ciências aplicadas? Nas ciências da vida? Deve-se fomentar uma pesquisa sobre os efeitos fisiológicos do esforço do treinamento anaeróbico (fisiologia do exercício) ou sobre violência no esporte (sociologia do esporte) como sendo da "área da EF" (e não das de fisiologia e sociologia)? Ou ainda, pesquisas do tipo: Influência da atividade física no sono de motoristas de caminhão (fisiologia do exercício), ou, a estrutura biomecânica do pé do brasileiro com vistas a confecção de calçados (biomecânica), por que elas são realizadas no interior de institutos ou centros universitários de EF/Esporte e às vezes coordenadas por pesquisadores com formação em EF, seriam consideradas como sendo pesquisas da área da EF/CE/CMH?

Não se trata de advogar uma "reserva de mercado", no sentido corporativo. Trata-se de levantar e analisar as diferentes facetas da problemática, para que uma área emergente em termos de pesquisa não se veja tolhida pela colonização por áreas já consolidadas como a fisiologia, a física, a sociologia, a psicologia, que possuem maior poder político, principalmente numa situação de carência crônica de recursos⁵.

É claro que, ao contrário da Medicina, a EF ainda tem o agravante de ter que justificar sua importância social. Daí que ela passa a ser confundida com o esporte, que é um fenômeno que lhe empresta prestígio.

De qualquer forma, não nos parece haver uma solução fácil para o problema. Para dificultar a solução contribui o pouco desenvolvimento da reflexão no interior da EF sobre seu estatuto epistemológico ou, ainda, a inexistência de um consenso mínimo na área a este respeito.

As soluções poderiam ser pensadas a partir:

- a) de um delineamento claro do objeto desta prática científica específica, e
- b) da demarcação dos limites da área, aspectos obviamente interligados. É fácil perceber a dificuldade de fazê-lo, bem como, os perigos envolvidos, como o de estabelecer fronteiras rígidas que acabam tomando a área impermeável ao intercâmbio com outras áreas, com repercussões extremamente negativas.

5. Parece-nos que para as questões da prática do fomento à pesquisa e da delimitação dos contornos da área para efeito de sua classificação, as propostas da Ciência da Motricidade Humana (Manuel Sérgio) e da Cinesiologia (Go Tani) não trazem solução. Denominar as práticas científicas que acontecem no campo como de EF ou da CMH não alteram a ausência de um consenso sobre a problemática teórica própria, assim como não alteram a existência de subáreas.

De qualquer forma, tendo em vista até a necessidade de preservar/fomentar a dimensão ou o fragmento que é atualmente o mais frágil da área, ousado, com todos os riscos que me são conscientes, sugerir, para discussão, uma possibilidade de melhor demarcação.

Parto do princípio de que o que define epistemologicamente uma área do conhecimento é uma problemática teórica própria (que é uma construção e não um dado previamente existente na realidade). No caso da EF, advogo que esta problemática seria: *o movimentar-se humano e suas objetivações culturais na perspectiva de sua participação/contribuição para a educação do homem*. Portanto, elemento caracterizador indispensável dessa proposta de problemática é a intenção pedagógica, ou seja, o olhar que orientará a reflexão (na busca de explicações e compreensões), sobre o movimentar-se humano e suas objetivações culturais (cultura corporal de movimento), é o pedagógico. Embora descritiva, esta definição da problemática específica da área já permitiria alguma demarcação. Uma próxima demarcação poderia ser, por exemplo, aquela que indica que o movimentar-se humano, do qual se ocupa a área, é aquele que configura a cultura corporal de movimento que compreende as manifestações do movimentar-se humano que não estão ligadas diretamente à produção (ao trabalho) e à reprodução. Indica a tentativa de demarcação, também, que as pesquisas da área estão voltadas de forma mais ou menos direta a um objetivo de intervenção, ou seja, quanto mais ligadas a este objetivo, melhor se situam neste campo. Assim, pesquisas que se orientam nas problemáticas típicas da sociologia, mesmo que sobre o esporte, melhor se enquadrariam nas problemáticas típicas da sociologia, mesmo porque os seus interlocutores privilegiados lá se encontram⁶. Com isto teríamos não um critério para demarcar (hermeticamente) a área, mas para o estabelecimento de prioridades, ou seja, as pesquisas estariam tanto mais próximas da área da EF quanto estivessem voltadas para a instrumentalização com vistas à intervenção social a partir de um enfoque pedagógico, e tanto mais distantes (e próximas das áreas de origem) quanto esta preocupação estiver ausente.

6. Outros dois exemplos: a biomecânica, que crescentemente pesquisa temas que só muito longinquamente estão ligados à problemática acima descrita, relaciona-se cada vez mais com a medicina ortopédica, com condições de trabalho (ergonomia), com o esporte de alto rendimento (indústria esportiva), e constrói sua própria organização e talvez aspire constituir-se em área própria – aliás, a reflexão a respeito na área já foi entabulada. Outro exemplo é o Encontro Nacional de História, que possui um leque amplo de interesses/objetos, mas que cada vez mais orienta-se pelos interesses e problemáticas típicas da disciplina História. O fato de originariamente estes movimentos ou estas comunidades de pesquisa estarem vinculadas institucionalmente à EF – são de certa forma, tributárias das estruturas da área da EF – não significa que permaneçam a ela ligadas organicamente, ou seja, compartilhem com ela a mesma problemática teórica.

MAS AFINAL, E OS CONTORNOS DO CAMPO...

Neste caso minha tese é a de que a definição dos contornos (da denominação) do campo, é fruto de uma disputa (acadêmica e política). Não há uma área, cujos limites sejam aprioristicamente definidos. Ela se define na luta, e a própria definição de seu objeto é também objeto desta luta.

Os contornos (as características, a identidade enfim...) do campo acadêmico da EF – vejam, aqui, neste ponto, utilizo esta denominação por razões históricas e políticas, mas este campo recebe também outros nomes, como os já propostos de Ciências do Esporte, Motricidade Humana⁷ – são definidos a partir da disputa ou luta no campo em torno da definição de qual seu objeto, qual a concepção de ciência a ser adotada, quais problemáticas de investigação são legítimas ou devem ser privilegiadas. Ou seja, entendo os contornos do campo como algo dinâmico, que não é definido (e definível) *a priori*, mas, sim, é fruto de dinamismo que envolve lutas e tensões. No entanto, inclusive como condição para sua afirmação, como condição para sua existência, deve haver um consenso mínimo em torno da idéia de que há algo em jogo, ou seja, de que existe um jogo que vale a pena ser jogado (é expressão deste acordo o fato de que de dentro do campo não se ouvem vozes que coloquem em dúvida a legitimidade social da EF ou das práticas corporais em sentido lato – vejam bem, critica-se a forma histórica de sua concretização mas não o sentido de sua própria existência).

É preciso superar a visão de que uma disciplina acadêmica só se instala em função da existência de uma justificativa “epistemológica” ou então, em função da existência de uma “vontade política”. Não há dicotomia entre estes dois fatores. Existe um campo acadêmico que é denominado majoritariamente no Brasil de Educação Física. Como a Educação Física será majoritariamente entendida depende das disputas neste campo (que está interligado com outros campos).

Defendo a posição de que teremos que aprender a conviver com a dinamicidade dos contornos e da identidade do nosso campo – é preciso abandonar a idéia de uma identidade perene, baseada em algum princípio universal e metafísico. No entanto, mesmo para esta dinâmica é preciso buscar um consenso mínimo em torno de regras de convivência – desenvolvi este tema no último CONBRACE⁸, regras estas que também são dinâmicas. O princípio geral precisa ser o (auto-referenciado) conceito de discutibilidade.

7. Aliás, a permanência do termo EF, ou o seu predomínio, é resultado de uma correlação de forças e seria interessante analisar as razões indistintamente epistemológicas e políticas de seu predomínio.

8. É o capítulo “Epistemologia e política na educação física brasileira” do livro *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*, p. 129-42.

Physical Education and Science: scenes of a(n) (un)happy marriage

ABSTRACT: The text refers to relative subjects to the epistemology of the Physical Education, such as: existence or not of a science called Physical Education or Science of Human Motricity; desirability or not of building such a science; possibility to define the outlines of this academic area; difficulties and problems in the academic and institutional extent faced by the area due to the clarity lack as for its specific object and to their outlines. It makes the defense of the idea that the definition of the object of the area cannot be considered "discovery", but yet that the object and the outlines of the academic field of the Physical Education are normative propositions which involve therefore, visions about what the area should be, and in this sense, the denomination of the area itself is the disputed object.

KEY-WORDS: Epistemology; Physical Education; Academic field

Educación Física y Ciencia: escenas de un casamiento (in)feliz

RESUMEN: El texto trata a respecto de cuestiones relativas a la epistemología de la Educación Física como: existencia o no de una ciencia llamada Educación Física o Ciencia de la Motricidad Humana; deseabilidad o no de construir una tal ciencia; posibilidad de definir los contornos de esta área académica; dificultades y problemas en el ámbito académico e institucional enfrentados por el área en consecuencia de la falta de clareza cuanto a su objetivo específico y a sus contornos. Se defiende de la idea de que la definición del objeto del área no puede darse por un acto de "descubrimiento" pero, que el objeto y los contornos del campo académico de la Educación Física son proposiciones normativas que envuelven, por lo tanto, visiones de lo que el área debería ser, y en este sentido, la propia denominación del área es objeto de disputa.

PALABRAS CLAVES : Epistemología; Educación Física; Campo académico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRACHT, V. *Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- LOVISOLO, H. Pós-graduações e educação física: paradoxos, tensões e diálogos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 11-21, set. 1998.